



Simulado Final
TJ CE
Técnico Judiciário
Área: Judiciária
Pós-Edital

Simulado

Simulado TJ CE Técnico Judiciário (Área Judiciária)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso TJ CE Técnico Judiciário (Área Judiciária);
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00** às **12:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-TJ-CE-Área-Judiciária-15-04>

- | | | | | |
|------------|------------|------------|------------|------------|
| 01 - ABCDE | 13 - ABCDE | 25 - ABCDE | 37 - ABCDE | 49 - ABCDE |
| 02 - ABCDE | 14 - ABCDE | 26 - ABCDE | 38 - ABCDE | 50 - ABCDE |
| 03 - ABCDE | 15 - ABCDE | 27 - ABCDE | 39 - ABCDE | 51 - ABCDE |
| 04 - ABCDE | 16 - ABCDE | 28 - ABCDE | 40 - ABCDE | 52 - ABCDE |
| 05 - ABCDE | 17 - ABCDE | 29 - ABCDE | 41 - ABCDE | 53 - ABCDE |
| 06 - ABCDE | 18 - ABCDE | 30 - ABCDE | 42 - ABCDE | 54 - ABCDE |
| 07 - ABCDE | 19 - ABCDE | 31 - ABCDE | 43 - ABCDE | 55 - ABCDE |
| 08 - ABCDE | 20 - ABCDE | 32 - ABCDE | 44 - ABCDE | 56 - ABCDE |
| 09 - ABCDE | 21 - ABCDE | 33 - ABCDE | 45 - ABCDE | 57 - ABCDE |
| 10 - ABCDE | 22 - ABCDE | 34 - ABCDE | 46 - ABCDE | 58 - ABCDE |
| 11 - ABCDE | 23 - ABCDE | 35 - ABCDE | 47 - ABCDE | 59 - ABCDE |
| 12 - ABCDE | 24 - ABCDE | 36 - ABCDE | 48 - ABCDE | 60 - ABCDE |

LÍNGUA PORTUGUESA*Janaina Arruda***Fungo da Amazônia se alimenta de plástico**

O plástico é um dos principais poluentes no nosso planeta. Embora haja muitos programas para conscientização do seu uso e da sua reutilização, a produção de diferentes tipos plásticos para atender ao consumo da população mundial aumentou muito na última década (aproximadamente 300 milhões de toneladas desde 2006) e possivelmente continuará aumentando nas próximas. O resultado de produzir algo tão difícil de ser reciclado é a grande quantidade de resíduos depositada não só nos lixões ou aterros sanitários, mas nos rios, lagos, mares e florestas.

Uma saída para esse tipo de poluição é a biorremediação, processo tecnológico que utiliza organismos vivos para remover ou reduzir resíduos poluentes ou tóxicos no ambiente. Os fungos, juntamente com bactérias e outros micro-organismos, são ótimos modelos para estudos sobre biorremediação, pois produzem um grande número de enzimas capazes de decompor quase tudo ao seu redor.

Uma equipe de pesquisadores da Universidade de Yale, nos EUA, vem testando diferentes espécies de fungos com potencial de decomposição de diferentes tipos de plástico. Uma das espécies testadas sobreviveu se alimentando exclusivamente do plástico. Essa espécie de fungo, encontrada em árvores da Amazônia Equatoriana, produz uma enzima capaz de degradar o poliuretano, tipo de plástico até então considerado não biodegradável. O resultado é incrível, na medida em que nos dá esperanças reais de biorremediação desse tipo de poluição.

(Adaptado de: DRECHSLER-SANTOS, Elisandro Ricardo. Disponível em: <https://cientistasdescobriramque.wordpress.com/2016/05/10/fungo-da-amazonia-se-alimenta-de-plastico>)

01. De acordo com o texto, a biorremediação é um processo de

- a) remoção de fungos e bactérias responsáveis pela poluição dos aterros sanitários.
- b) reciclagem a partir da eliminação de organismos vivos do meio ambiente.
- c) eliminação de poliuretano com remédios produzidos especificamente para tal fim.
- d) despoluição ambiental por meio do uso de micro-organismos vivos.
- e) decomposição artificial de matéria poluente considerada não biodegradável.

02. O texto apresenta como informação principal a

- a) importância dos programas de conscientização acerca da eliminação do consumo de produtos feitos de plásticos.
- b) quantidade de itens feitos de plástico que, ao longo da última década, se acumulou nos lixões e aterros sanitários nacionais.
- c) variedade dos tipos de plásticos e suas diferentes possibilidades de aplicação para o consumo da população mundial.
- d) maneira como a indústria tem utilizado fungos para dar resistência a alguns tipos de plástico, como o poliuretano.
- e) descoberta, feita por pesquisadores da Universidade de Yale, de um fungo capaz de decompor um tipo de plástico.

03. Uma equipe de pesquisadores da Universidade de Yale, nos EUA, vem testando diferentes espécies de fungos com potencial de decomposição de diferentes tipos de plástico. (3º parágrafo) Ao transpor-se para a voz passiva a expressão sublinhada, a forma verbal resultante será:

- a) está sendo testado
- b) tem sido testadas
- c) estão sendo testados
- d) vêm sendo testadas
- e) vem sendo testados

04. Considere as afirmações:

- I. No trecho Embora haja muitos programas para conscientização do seu uso e da sua reutilização... (1º parágrafo), a forma verbal sublinhada pode ser substituída por **existam** sem prejuízo para o sentido nem para a correção da frase.
- II. No trecho O resultado de produzir algo tão difícil de ser reciclado é a grande quantidade de resíduos depositada não só nos lixões ou aterros sanitários... (1º parágrafo), o elemento sublinhado pode ser substituído por **depositados**.
- III. No trecho O resultado é incrível, na medida em que nos dá esperanças reais de biorremediação desse tipo de poluição. (3º parágrafo), o segmento sublinhado deve ser substituído por **dão-nos** para que a frase esteja gramaticalmente correta.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) III.
b) II.
c) I.
d) I e II.
e) II e III.

05. Uma frase escrita com clareza e correção é:

- a) São prováveis que nas próximas décadas mais rios, lagos, mares e florestas se tornem poluídos com detritos de diversos tipos de plástico.
- b) A poluição resultante do acúmulo de plástico no meio ambiente tem sido vista com preocupação por diferentes órgãos governamentais.
- c) Com o propósito de corresponder para a demanda da população mundial, as indústrias se dispõem de lançar toneladas de plástico na natureza.
- d) Multiplica-se a cada dia as organizações empenhadas de reverter o processo de poluição provocado pelo descarte inadequado de plástico.
- e) Muitos consumidores já estão mais conscientes de sua responsabilidade e evitam desperdiçar sacolas e recipientes de plástico, reutilizando-as.

Quando as crianças saírem de férias

Tenho certeza absoluta de que em nenhum fim de junho passou pela cabeça da minha mãe o que ela faria com cinco crianças de férias dentro de casa, durante um mês. Férias eram sagradas, de 01 a 31 de julho, todos os anos. Lembro-me bem dela recolhendo os nossos uniformes do colégio e levando para lavar quando o primeiro dia de férias chegava. Só isso. As férias, propriamente ditas, eram por nossa conta.

Quando vejo, nos telejornais, matérias e mais matérias que só faltam dizer que as férias de julho em casa com as crianças correm o risco de ser um verdadeiro inferno, penso na minha mãe. Os repórteres dão mil sugestões para preencher as vinte e quatro horas diárias das crianças, durante o mês inteirinho.

As mães de hoje, descabeladas, começam a planejar: uma semana no acampamento, depois um dia vão ao cinema, no outro ao teatrinho, no terceiro à lanchonete, no quarto ao clube, no quinto ao parque, no sexto à casa dos avós, no sétimo ao shopping... mas, pensando bem, ainda faltam duas semanas inteirinhas para preencher.

Nossas férias começavam cedo. Acordávamos às seis da manhã, comíamos um pão com manteiga, bebíamos um copo de leite e descíamos para o quintal. Era um espaço em que havia galinhas, coelhos, porquinhos-da-índia, cachorro, pombos, passarinhos, caixotes, carrinhos, cordas, árvores, tijolos, muros e muito mais.

Nenhuma preocupação passava pela cabeça da minha mãe naqueles trinta e um dias de julho. De vez em quando ela entrava em ação quando um chegava com o joelho ralado, o cotovelo esfolado ou uma picada de abelha. Ela lavava o ferimento com água e sabão, passava mercúrio cromo e pronto, estávamos novinhos em folha.

No dia 01 de agosto a cortina das férias se fechava. Na noite de 31 de julho, minha mãe abria o armário e tirava o uniforme de cada um, limpinho, cheirando a novo. E a vida continuava.

(Adaptado de: VILLAS, Alberto. Disponível em: www.cartacapital.com.br/cultura/quando-as-criancas-saierem-de-ferias)

06. De acordo com o autor, as férias das crianças são, para as mães de hoje, causa de

- a) inquietação.
- b) alívio.
- c) entusiasmo.
- d) satisfação.
- e) descanso.

07. As férias, propriamente ditas, eram por nossa conta. (1º parágrafo) Com a afirmação acima, o autor chama a atenção para o fato de que

- a) havia muitas atividades para ocupar o tempo das crianças durante as férias, o que também é dito no trecho: Os repórteres dão mil sugestões para preencher as vinte e quatro horas diárias das crianças, durante o mês inteirinho. (2º parágrafo)
- b) as crianças apreciavam suas férias com autonomia e demandavam pouca atenção materna, o que é reforçado no trecho: Nenhuma preocupação passava pela cabeça da minha mãe naqueles trinta e um dias de julho. (5º parágrafo)
- c) ele e seus irmãos conservavam nas férias os mesmos hábitos que nutriam durante o período letivo, o que é detalhado no trecho: Acordávamos às seis da manhã, comíamos um pão com manteiga, bebíamos um copo de leite e descíamos para o quintal. (4º parágrafo)
- d) as férias representavam um tempo de diversão que deveria ser aproveitado ao máximo, o que é confirmado no trecho: mas, pensando bem, ainda faltam duas semanas inteirinhas para preencher. (3º parágrafo)
- e) as atividades praticadas durante as férias não traziam perigo às crianças, pois eram monitoradas por sua mãe, o que é narrado no trecho: De vez em quando ela entrava em ação quando um chegava com o joelho ralado, o cotovelo esfolado ou uma picada de abelha. (5º parágrafo)

08. Lembro-me bem dela recolhendo os nossos uniformes do colégio e levando para lavar... (1º parágrafo) Para que a expressão os nossos uniformes do colégio seja corretamente retomada por um pronome, o segmento sublinhado deve ser substituído por:

- a) lhes levando
- b) levando-nos
- c) levando-lhe
- d) o levando
- e) levando-os

09. As mães de hoje, descabeladas, começam a planejar: uma semana no acampamento, depois um dia vão ao cinema, no outro ao teatrinho, no terceiro à lanchonete, no quarto ao clube, no quinto ao parque, no sexto à casa dos avós, no sétimo ao shopping... mas, pensando bem, ainda faltam duas semanas inteirinhas para preencher. (3º parágrafo)

As reticências (...), no trecho acima, sinalizam

- a) a frustração das mães por não poderem levar os filhos aos lugares que desejam.
- b) as dúvidas que as mães enfrentam ao fazerem o planejamento das férias dos filhos.
- c) a certeza que as mães têm de que seus filhos irão se comportar bem nas férias.
- d) o estado de empolgação das mães ao verem que passarão mais tempo com os filhos.
- e) o cansaço das mães após passarem duas semanas levando os filhos a diferentes lugares.

A rua

Toda rua tem seu curso
Tem seu leito de água clara
Por onde passa a memória
Lembrando histórias de um tempo
Que não acaba

De uma rua, de uma rua
Eu lembro agora
Que o tempo, ninguém mais
Ninguém mais canta
Muito embora de cirandas
(Oi, de cirandas)
E de meninos correndo
Atrás de bandas

Atrás de bandas que passavam
Como o rio Parnaíba
O rio manso Passava no fim da rua
E molhava seus lajedos
Onde a noite refletia
O brilho manso
O tempo claro da lua
(...)

(NETO, Torquato. Disponível em:
www.jornaldepoesia.jor.br/tor.html#rua.)

10. No poema,

- a) a rua é comparada a um rio e ambos são fonte de lembranças para o poeta.
- b) o rio Parnaíba é associado a um cenário de desolação, com casas alagadas.
- c) as cirandas estão ligadas à experiência adulta, pois não há alusão à infância.
- d) a lua mal se deixa ver em uma paisagem sombria, em que predomina a escuridão.
- e) o tempo se relaciona à evolução da humanidade e é descrito de modo impessoal.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

- 11.** Um grupo de empresas com características similares se uniram para formar uma nuvem para o conglomerado, visando assim desfrutar de todas as vantagens que essa tecnologia oferece, mas reduzindo custos e mantendo o projeto plausível. Essa nuvem criada é o tipo de implementação conhecida por:
- a) Privada.
 - b) Pública.
 - c) Híbrida.
 - d) Da Comunidade
 - e) Não é possível esse tipo de implementação

12. Analise as alternativas abaixo:

I - O SMTP é o protocolo indicado para prover o serviço confiável de transferência de dados em formulários de dados no caso de o usuário estar trafegando em sítios da Internet, por exemplo.

II- O POP é o protocolo responsável pela troca de arquivos entre computadores.

III – O IMAP é o protocolo de email usado comumente em WebMail e a leitura das mensagens, por padrão, é realizada no servidor.

Está (ão) correta (a):

- a) I e II.
- b) Apenas a II.
- c) Apenas a III
- d) Apenas a I
- e) Todas

13. Programa colocado na máquina do usuário pelo servidor do site com o intuito de facilitar o retorno do usuário ao mesmo site é:

- a) Spyware
- b) Ransomware.
- c) Phishing
- d) Pharming.
- e) Cookie.

14. O Certificado Digital é um código que identifica o usuário como único e possui regulamentação para seu uso no país. Acerca dele, é correto afirmar que:

- a) A autoridade certificadora é responsável por registrar a solicitação do certificado..
- b) O registro de solicitação do certificado, devido aos problemas causados pela pandemia, pode ser feito on-line
- c) A autoridade certificadora raiz não emite certificado digital.
- d) O ICP Brasil é o responsável pela geração de certificados digitais
- e) O certificado A2 é um arquivo que o usuário deve fazer download.

15. No Word, há um recurso muito utilizado quando há a necessidade de que um mesmo documento seja manipulado por usuários diferentes. Serve para identificar as ações realizadas por cada um e evitar que um desfaça o trabalho do outro. O nome desse recurso é:

- a) Controle de Alterações.
- b) Comentários.
- c) Sumário
- d) Estilo.
- e) Macros.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Eduardo Mocellin

16. Em um concurso público para Técnico Judiciário do TJ CE, a razão entre homens inscritos e mulheres inscritas é de 5:9. Logo, é correto afirmar que a porcentagem de mulheres inscritas, com relação ao total de inscritos, é:

- a) Inferior a 60%
- b) Maior ou igual a 60% e menor do que 65%
- c) Maior ou igual a 65% e menor do que 70%
- d) Maior ou igual a 70% e menor do que 75%
- e) Maior ou igual a 75%

17. Considere os conectivos lógicos usuais e assuma que as letras P, Q e R representam proposições simples. Considere também as seguintes três primeiras colunas da tabela-verdade da proposição composta $(P \leftrightarrow Q) \rightarrow R$.

P	Q	R
V	V	V
V	V	F
V	F	V
V	F	F
F	V	V
F	V	F
F	F	V
F	F	F

A partir dessas informações, a última coluna da tabela-verdade de $(P \leftrightarrow Q) \rightarrow R$ apresenta valores V ou F, de cima para baixo, na seguinte sequência:

- V F V F V F V F
- V F V V V V V V
- V F V V V V V F
- V V F V V F V F
- V V F V V V V V

18. Se a proposição “João estuda de dia e trabalha à noite” é falsa, do ponto de vista da lógica é verdade que João:

- estuda à noite e trabalha de dia.
- não estuda de dia nem trabalha à noite.
- não estuda de dia ou trabalha à noite.
- não estuda de dia ou não trabalha à noite.
- estuda à noite ou trabalha de dia.

19. Sabe-se que alguns administradores são concursados. Sabe-se também que todos os administradores são inteligentes. A partir dessas informações, é correto concluir que

- todos os inteligentes são concursados.
- nenhum inteligente é concursado.
- todos os concursados são inteligentes.
- nenhum concursado é inteligente.
- alguns concursados são inteligentes.

20. Considere a tabela a seguir, que mostra a cidade de origem dos inscritos no concurso do TJ CE:

Cidade de origem do inscrito	Total de inscritos	
	Sexo masculino	Sexo feminino
Fortaleza	5200	3900
Caucaia	2200	1600
Juazeiro do Norte	1800	1500
Maracanaú	1200	1100
Outras cidades	900	600

A banca organizadora do concurso resolveu fazer um sorteio com os inscritos, sendo o prêmio a isenção vitalícia de quaisquer taxas de inscrição em concursos realizados pela banca.

Considerando-se que o inscrito sorteado foi escolhido aleatoriamente, e sabendo-se que o sorteado corresponde a um inscrito do sexo masculino, a probabilidade de que ele seja de Juazeiro do Norte é:

- Inferior a 15%
- Maior ou igual a 15% e menor do que 16%
- Maior ou igual a 16% e menor do que 17%
- Maior ou igual a 17% e menor do que 18%
- Maior ou igual a 18%

DIREITO CONSTITUCIONAL

Emerson Bruno

21. Conforme previsto na CF88, é INCORRETO afirmar que a República Federativa do Brasil tem como fundamento

- o pluralismo político.
- os valores sociais do trabalho e a livre iniciativa.
- a concessão de asilo político.
- a cidadania.
- a dignidade da pessoa humana.

22. Adalberto é Desembargador do TRF da 5ª Região. Uruguaio de origem, se naturalizou brasileiro antes de ingressar na carreira da magistratura. Diante da situação descrita, Adalberto poderia vir a ocupar futuramente o seguinte cargo.

- a) Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- b) Ministro da Justiça.
- c) Ministro de Estado da Defesa.
- d) Presidente do Senado Federal.
- e) Vice-Presidente da República.

23. Conforme previsto na Constituição da República, NÃO está legitimado a propor Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental junto ao Supremo Tribunal Federal.

- a) o Governador de Estado.
- b) o Procurador-Geral da República.
- c) um Partido Político.
- d) a Mesa da Câmara Legislativa do Distrito Federal.
- e) o Conselho Federal da OAB.

24. Nos termos da Constituição da República, considerando que o município de Sobral/CE pretenda propor ação contra o Conselho Nacional do Ministério Público, a competência para julgamento e processamento do feito caberá à(ao):

- a) Justiça Federal.
- b) Justiça Comum.
- c) Supremo Tribunal Federal.
- d) Superior Tribunal de Justiça.
- e) ao Conselho Nacional de Justiça.

25. De acordo com a Constituição da República, aos membros do Ministério Público NÃO é vedado.

- a) exercer atividade político-partidária.
- b) receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais.
- c) receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei.
- d) exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, inclusive de magistério.
- e) exercer a advocacia no juízo ou tribunal perante o qual atuava, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Fabiano Pereira*

26. Na capital Fortaleza/CE fora instalada a Usina Nuclear Jaguaribe, localizada às margens do rio de mesmo nome. Ela funcionava abaixo do morro Cumbe, onde havia uma rodovia muito movimentada, em grande parte por caminhões de carga.

Numa noite de temporal forte, um dos caminhões que trafegava em alta velocidade na rodovia, de repente, derrapou e saiu da estrada capotando pelo morro. O caminhão, infelizmente, atingiu o reator quatro da Usina, o que ocasionou sua explosão lançando material radioativo pelo rio inteiro, além de outros danos.

No caso fictício em tela, é correto afirmar que:

- a) O Estado responderá integralmente pelos danos causados, em razão de sua responsabilidade objetiva com aplicação do risco integral, mesmo que o particular tenha contribuído para o prejuízo;
- b) O Estado responderá integralmente pelos danos, em razão de sua responsabilidade objetiva com aplicação do risco administrativo;
- c) O Estado não responderá integralmente pelos danos, pois no risco administrativo existe a causa excludente de responsabilidade caso a culpa seja exclusiva do particular;
- d) O Estado responderá em parte pelos danos, em razão de sua responsabilidade subjetiva, com aplicação do risco administrativo, no caso de culpa concorrente com o particular;
- e) O Estado não responderá integralmente pelos danos, pois no risco integral existe a causa excludente de responsabilidade por força maior como, por exemplo, eventos da natureza.

27. A Governadora Maria Clara, do Estado do Ceará, deseja construir um metrô subterrâneo ligando a capital Fortaleza a todas cidades limítrofes. Todavia, sendo um projeto extremamente complexo, fica impossível para a administração pública delimitar com precisão as especificações técnicas do empreendimento. Dessa forma, Maria Clara instruiu a abertura de um edital de licitação para convocar e discutir com licitantes pré-selecionados o desenvolvimento de uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades.

Em relação ao caso fictício em tela, qual modalidade de licitação da lei nº 14.133/21 seria a mais indicada?

- a) Concorrência;
- b) Pregão;
- c) Leilão;
- d) Diálogo competitivo;
- e) Concurso.

28. A criação autorizada por lei específica, por meio de decreto do Chefe do Executivo e registro em junta comercial, com regime celetista, sem imunidade tributária, tendo seus patrimônios privados, forma jurídica anônima e responsabilidade civil subjetiva, corresponde a qual entidade da administração indireta?

- a) Autarquias;
- b) Agências reguladoras;
- c) Sociedade de Economia Mista exploradora de atividade econômica;
- d) Empresa Pública prestadora de serviços públicos;
- e) Fundação Pública de Direito Privado.

29. O Ministério Público do Estado de Ceará deseja ajuizar ação de improbidade administrativa em face da Governadora Maria Clara, que praticou, dolosamente, ato que importa em enriquecimento ilícito no prejuízo do Estado em relação ao metrô subterrâneo construído no ano de 2023.

No caso fictício em tela, com base na lei nº 8.429/92 de improbidade administrativa, a demanda deve ser ajuizada perante o foro do (a):

- a) Lugar onde o réu reside ou tem bens registrados;
- b) Capital do estado, apenas;
- c) Lugar onde o réu reside ou onde o dano foi causado;
- d) Pessoa jurídica prejudicada, apenas;
- e) Local onde ocorreu o dano ou da pessoa jurídica prejudicada.

30. Em relação ao processo administrativo, julgue os itens a seguir, com base na Lei nº 9.874/1999.

- I. É impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que tenha participado ou venha a participar como perito, testemunha ou representante, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o segundo grau;
- II. Os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir;
- III. A intimação observará a antecedência mínima de cinco dias úteis quanto à data de comparecimento;
- IV. Salvo disposição legal específica, é de cinco dias o prazo para interposição de recurso administrativo, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.

Assinale a opção correta:

- a) Nenhum item está certo;
- b) Apenas o item II está certo;
- c) Apenas o item III está certo;
- d) Apenas os itens I e II estão certos;
- e) Apenas os itens III e IV estão certos.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

Tiago Zanolla

A respeito da divisão judiciária do estado do Ceará, consoante a Lei n. 16.397/2017, julgue as questões a seguir.

31. Assinale a opção correta:

- a) Cada comarca poderá ser constituída de um ou mais municípios e receberá o nome do município de origem do maior número de feitos judiciais.
- b) Os municípios que não forem sedes de comarcas serão qualificados como distritos judiciários.
- c) A extinção, transformação ou transferência de comarcas somente poderão ocorrer mediante Resolução do Órgão Especial.
- d) Os requisitos para elevação de uma comarca à segunda instância incluem a existência de, no mínimo, dezoito mil e quinhentos eleitores em sua jurisdição.
- e) As comarcas classificam-se em 3 (três) entrâncias, denominadas: inicial, intermediária e final.

32. A classificação e a reclassificação das Comarcas, por entrâncias, dependerão de lei, e obedecerão a fatores objetivos, relacionados com a extensão territorial, o número de habitantes, o colégio eleitoral, o movimento forense e a receita tributária, observado, no caso de elevação de entrância inicial para intermediária a população mínima de

- a) 10.000 mil habitantes
- b) 15.000 mil habitantes
- c) 20.000 mil habitantes
- d) 25.000 mil habitantes
- e) 30.000 mil habitantes

33. São órgãos do Poder Judiciário do Estado do Ceará, exceto

- a) O Tribunal de Justiça
- b) A Justiça de Paz
- c) Os Juízes de Direito
- d) As Turmas Recursais dos Juizados Especiais
- e) O Conselho Superior da Magistratura

34. Acerca do funcionamento do Tribunal de Justiça, assinale a opção correta

- a) O Tribunal de Justiça poderá funcionar descentralizadamente, constituindo câmaras regionais, a fim de ampliar o acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo
- b) O Tribunal de Justiça, com sede na Capital e jurisdição em todo o território do Estado do Ceará, compõe-se de 43 (quarenta e três) desembargadores.
- c) Compete ao Tribunal de Justiça, mediante Resolução Conjunta, propor ao Poder Executivo, mediante projeto de lei, observadas as Constituições Federal e Estadual, a alteração dos valores, forma de cálculo e de recolhimento das despesas dos processos judiciais e das custas extrajudiciais e emolumentos.
- d) São cargos de direção do Tribunal de Justiça os de Presidente, de Vice-Presidente e de Corregedor-Geral de Justiça e de Corregedor-Ajunto.
- e) Vagando os cargos de Presidente ou de Vice-Presidente do Tribunal, com menos de 12 (doze) meses para o término do mandato, a substituição, durante o período que restar, far-se-á do Presidente pelo Vice-Presidente do Tribunal, e deste pelo desembargador Corregedor-Geral, sendo que, nessa hipótese, não haverá óbice a que o substituto concorra à próxima eleição.

35. Consoante o Regime Jurídico dos Servidores do Estado do Ceará, não é forma de provimento

- a) nomeação
- b) reintegração
- c) aproveitamento
- d) recontração
- e) promoção

36. Péricles, servidor público do Tribunal de Justiça Estado, ocupante do cargo efetivo e estável na carreira, foi aposentado por invalidez. Alguns anos depois, após verificação de que não subsistem os motivos determinantes da aposentadoria foi determinado seu regresso ao serviço público.

O citado regresso é chamado de

- a) reversão
- b) transferência
- c) promoção
- d) reintegração
- e) readaptação

37. É autorizado o afastamento do servidor sem prejuízo dos vencimentos quando

- a) por luto, até 2 (dois) dias, por falecimento de tio e cunhado
- b) por motivo de casamento, até o máximo de 10 dias
- c) por motivo de luto até 8 (oito) dias, em decorrência de falecimento de cônjuge ou companheiro, parentes consanguíneos ou afins, até o 3º grau, inclusive madrasta, padrasto e pais adotivos
- d) for estudar em outro ponto do território, exceto se no estrangeiro
- e) tratar de afastamento para trato de interesses particulares.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL*Ricardo Torques*

38. Acerca do regramento sobre a jurisdição prevista no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) Havendo substituição processual, o substituído poderá intervir como assistente simples.
- b) O autor somente poderá pleitear direito alheio em nome próprio, quando a parte contrária aquiescer sobre a substituição processual.
- c) Violado o direito, carece o autor de interesse para propor ação meramente declaratória.
- d) O interesse do autor pode limitar-se à declaração da autenticidade ou da falsidade de documento.
- e) Para poder postular em juízo, o autor deverá demonstrar em juízo capacidade postulatória, interesse processual e probabilidade do direito invocado.

39. Conforme o Código de Processo Civil, a petição inicial será inepta quando:

- a) Faltar-lhe pedido ou causa de pedir.
- b) O autor carecer de interesse processual.
- c) A parte for, manifestamente, ilegítima.
- d) Necessitar de pedido de citação do réu.
- e) O pedido for, juridicamente, impossível.

40. A respeito da competência prevista no Código de Processo Civil e do entendimento dos tribunais superiores sobre a matéria, assinale a alternativa correta:

- a) Compete à Justiça estadual julgar insolvência civil mesmo que envolva a participação da União, de entidade autárquica ou empresa pública federal.
- b) O foro de domicílio do autor da herança, no Brasil, é o competente para o inventário, a partilha, a arrecadação, o cumprimento de disposições de última vontade, a impugnação ou anulação de partilha extrajudicial e para todas as ações em que o espólio for réu, salvo se o óbito tenha ocorrido no estrangeiro.
- c) o registro ou a distribuição da petição inicial não torna o juízo prevento.
- d) O juízo federal não restituirá os autos ao juízo estadual sem suscitar conflito se o ente federal cuja presença ensejou a remessa for excluído do processo.
- e) No caso dos autos não serem remetidos se houver pedido cuja apreciação seja de competência do juízo perante o qual foi proposta a ação, o juiz, ao não admitir a cumulação de pedidos em razão da incompetência para apreciar qualquer deles, poderá examinar o mérito daquele em que exista interesse da União, de suas entidades autárquicas ou de suas empresas públicas.

41. Acerca do entendimento sumulado e da jurisprudência sobre o assunto, assinale a alternativa correta sobre o mandado de segurança:

- a) Controvérsia sobre matéria de direito impede a concessão de mandado de segurança.
- b) Compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer originariamente de mandado de segurança contra atos de outros tribunais.
- c) O Supremo Tribunal Federal é competente para conhecer de mandado de segurança contra atos dos tribunais de justiça dos estados.
- d) Não cabe mandado de segurança contra ato praticado em licitação promovida por sociedade de economia mista ou empresa pública.
- e) É inconstitucional ato normativo que vede ou condicione a concessão de medida liminar na via mandamental.

42. De acordo com o Código de Processo Civil, a tutela provisória de urgência pode ser de natureza antecipada ou cautelar. Sobre o procedimento da chamada cautelar antecedente, assinale a alternativa correta:

- a) A sua petição inicial da tutela indicará a lide e seu fundamento, a exposição exauriente do direito que se objetiva assegurar e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
- b) Efetivada a liminar concedida, o pedido principal terá de ser formulado pelo autor no prazo de 30 (trinta) dias, caso em que será apresentado nos mesmos autos em que foi deduzido o pedido de tutela cautelar.
- c) O réu será citado para, no prazo de 10 (dez) dias, contestar o pedido e indicar as provas que pretende produzir.
- d) Cessa a eficácia da tutela concedida, se não for efetivada dentro de 15 (quinze) dias.
- e) Se por qualquer motivo cessar a eficácia da tutela deferida, é facultado à parte renovar o mesmo pedido.

43. No que diz respeito ao processo de execução previsto no Código de Processo Civil e na legislação correlata, assinale a alternativa correta:

- a) Na ação de execução, a citação do devedor interrompe a prescrição.
- b) Em se tratando de ação de execução de obrigação de entrega de coisa certa, o devedor será citado para, em quinze dias a contar da citação, satisfazer a obrigação.
- c) No caso de execução por quantia certa, com a penhora dá-se a transmissão da propriedade ao credor, o qual deverá depositar a diferença a mais, caso a avaliação seja inferior ao débito.
- d) No caso de ação de execução por quantia certa, o devedor será citado para pagar a dívida no prazo de três dias, contados da citação.
- e) Em todas as hipóteses previstas em lei, a fraude à execução importa em anulação do ato de alienação.

44. Sobre o entendimento dos Tribunais Superiores acerca da ação de improbidade administrativa, assinale a alternativa correta:

- a) O acordo de não persecução cível pode ser celebrado somente antes de iniciada a ação penal da ação de improbidade administrativa.
- b) É inviável o prosseguimento de ação de improbidade administrativa exclusivamente contra particular ainda quando há pretensão de responsabilizar agentes públicos pelos mesmos fatos em outra demanda conexa.
- c) Cabe agravo de instrumento contra todas as decisões interlocutórias proferidas nas ações de improbidade administrativa.
- d) Não são cabíveis medidas executivas atípicas, de cunho não patrimonial, no cumprimento de sentença proferida em ação de improbidade administrativa.
- e) Não se aplica ao particular o mesmo regime prescricional previsto na Lei de Improbidade Administrativa para o agente público.

45. Sobre a locação de imóveis urbanos previsto na Lei nº 8.245/1991, as ações de despejo para a realização de reparações urgentes que sejam determinadas pelo poder público e que não possam ser normalmente executadas com a permanência do locatário no imóvel devem ser instruídas com:

- a) comprovação do perigo de dano.
- b) rol de testemunhas que comprovem resistência do locatário em deixar o imóvel, se for o caso.
- c) qualquer instrumento particular de aquisição registrado.
- d) prova da propriedade do imóvel.
- e) prova da posse indireta.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Antônio Pequeno

46. Diante do constante noticiário jornalístico sobre a aplicabilidade da Lei nº 12.850/13 (Lei de Organização Criminosa), determinado deputado estadual solicita esclarecimentos ao advogado da Assembleia Legislativa sobre as previsões do referido diploma legal.

Sobre a lei mencionada, caberá ao advogado esclarecer que

- a) a legislação brasileira não prevê o conceito de organização criminosa, mas tão só os tratados internacionais, de modo que deve o aplicador da lei buscar o complemento da norma em outros diplomas.
- b) o agente, caso além de praticar o crime de constituir organização criminosa execute outros delitos na condição de membro da organização, responderá apenas pelo primeiro, ficando os demais absorvidos.
- c) aquele que embaraça a investigação penal de infração que envolve organização criminosa também poderá ser responsabilizado, mas com pena em abstrato reduzida pela metade.
- d) o agente incidirá em causa de aumento de pena sobre o delito de constituir organização criminosa se nesta houver participação de funcionário público, desde que a organização se valha dessa condição para praticar a infração penal.
- e) o emprego de arma de fogo pela organização justifica o aumento de pena em até a metade, mas a participação de adolescente não influi na pena do crime de constituir organização criminosa.

47. Determinada conduta configurará organização criminosa somente se

- a) o objetivo exclusivo dos agentes for o de obter vantagem de natureza patrimonial.
- b) a associação for ordenada para a prática da infração, ainda que inexista a divisão de tarefas entre os agentes
- c) os agentes cometerem infrações sujeitas a pena de reclusão.
- d) houver escalonamento hierárquico entre os agentes.
- e) estiverem associadas, no mínimo, três pessoas.

48. Enquanto cumpria pena em regime semiaberto, identificou-se que Gabriel tinha uma faca escondida embaixo de sua cama. Após observância de todas as formalidades legais, foi confirmada a conduta de Gabriel, sendo a informação encaminhada para o Poder Judiciário. Considerando apenas as informações expostas, a conduta de Gabriel:

- a) não configura falta grave por ausência de previsão legal;
- b) configura falta grave e permite a regressão de regime e perda da integralidade dos dias remidos;
- c) configura falta grave, permitindo a regressão de regime, mas não a perda de qualquer dia remido a partir do trabalho;
- d) permite o reconhecimento de falta grave e, conseqüentemente, a regressão de regime e a perda de parte dos dias remidos;
- e) não permite conseqüências em relação à progressão ou aos dias remidos, mas tão só a aplicação de regime disciplinar diferenciado.

49. No que se refere às disposições da Lei nº 7.210/1984 e suas alterações (Lei de Execução Penal), assinale a alternativa incorreta.

- a) O trabalho do preso está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho
- b) O condenado à pena privativa de liberdade está obrigado ao trabalho na medida de suas aptidões e capacidade
- c) As tarefas executadas como prestação de serviço à comunidade não serão remuneradas
- d) O trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, possui finalidade educativa e produtiva
- e) O trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a 3/4 (três quartos) do salário-mínimo

50. Anderson, primário, de bons antecedentes, foi denunciado por furto simples, sendo que, em audiência de instrução, o Promotor de Justiça ofereceu o benefício da suspensão condicional do processo, nos termos do art. 89, da Lei nº 9.099/1995. A suspensão condicional do processo

- a) não pode prever a reparação do dano pelo agente e nem o comparecimento em juízo.
- b) destina-se a crimes em que a pena mínima cominada foi igual ou inferior a 3 anos.
- c) tem como condições a proibição de frequentar determinados lugares e o comparecimento mensal em juízo.
- d) exige que o agente tenha confessado formal e circunstancialmente a prática do delito.
- e) exige prova de que o agente não integre organização criminosa.

51. Acerca da suspensão condicional do processo, segundo a Lei nº 9.099/1995, no capítulo III referente aos Juizados Especiais Criminais, é correto afirmar que

- a) somente é admitida a suspensão condicional do processo para os delitos de menor potencial ofensivo cujas penas sejam abrangidas pela Lei nº 9.099/1995.
- b) a suspensão condicional do processo, quando do oferecimento da denúncia, poderá ser proposta pelo Juiz do Juizado Especial Criminal, ainda que sem oitiva do Ministério Público.
- c) não correrá o prazo prescricional durante a suspensão condicional do processo.
- d) o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, pelo prazo equivalente à prescrição prevista para o delito cometido pelo denunciado.
- e) se, no curso do prazo, o beneficiário não efetuar, sem motivo justificado, a reparação do dano, a suspensão não será revogada, entretanto, o Juiz proferirá advertência e fixará prazo para o cumprimento da referida condição.

52. Considerando a Lei de Interceptação Telefônica, assinale a alternativa correta.

- a) A interceptação telefônica só pode ser executada por ordem judicial, mas é vedada a decretação, de ofício, pelo Juiz.
- b) O prazo da captação ambiental é de 15 dias, prorrogável por igual período, uma única vez.
- c) A captação ambiental realizada por um dos interlocutores poderá ser usada para fins de defesa ou de acusação, demonstrada a integridade da gravação.
- d) A captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos e acústicos é cabível apenas para investigação e apuração de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 2 anos ou praticadas por intermédio de organização criminosa.
- e) Não cabe interceptação telefônica quando em causa apurações de contravenção penal.

53. Assinale a alternativa correta quanto à Lei de Interceptação Telefônica (Lei nº 9.296/1996).

- a) As interceptações das comunicações telefônicas são admitidas como meio de prova para qualquer crime, desde que devidamente fundamentadas.
- b) A captação ambiental não poderá exceder o prazo de quinze dias, renovável por decisão judicial por iguais períodos, se comprovada a indispensabilidade do meio de prova e quando presente atividade criminal permanente, habitual ou continuada.
- c) A interceptação das comunicações telefônicas poderá ser determinada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da autoridade policial, na instrução processual penal.
- d) Durante o inquérito, a gravação que não interessar à prova será inutilizada por decisão da autoridade policial, em virtude de requerimento do Ministério Público ou da parte interessada.
- e) O incidente de inutilização será assistido pelo Ministério Público, sendo compulsória a presença do acusado ou de seu representante legal.

DIREITO PROCESSUAL PENAL*Renan Araújo*

54. Jurema, 28 anos, funcionária pública, foi vítima de um crime de estelionato (pena: 01 a 05 anos de reclusão e multa), praticado por Tobias. O fato ocorreu no dia 10.06.2022, mas Jurema só descobriu que Tobias teria sido o autor do fato em 09.03.2023. Considerando que se trata de crime de ação penal pública condicionada à representação, é correto afirmar que:

- a) caberá à própria vítima ajuizar queixa-crime em desfavor de Tobias, no prazo de 06 meses a contar da ciência da autoria.
- b) caberá ao MP oferecer denúncia em desfavor de Tobias, desde que haja representação da vítima, sendo cabível, porém, a suspensão condicional do processo.
- c) caberá ao MP oferecer denúncia em desfavor de Tobias, desde que haja representação da vítima, que deve ser apresentada no prazo de 06 meses a contar da data do fato.
- d) A representação da vítima será irretratável após a instauração do inquérito policial.
- e) caberá ao MP oferecer denúncia em desfavor de Tobias, desde que haja representação da vítima, não havendo prazo decadencial para o exercício do direito de representação.

55. A Lei 13.964/19 incluiu no CPP o chamado “acordo de não persecução penal”, cabível quando preenchidos os requisitos legais. Porém, de acordo com o CPP, não será cabível o acordo de não persecução penal:

- a) nos crimes cometidos contra vítima mulher
- b) se não for cabível a suspensão condicional do processo
- c) se o agente já tiver sido beneficiado, nos 05 anos anteriores ao cometimento da infração, com a transação penal
- d) nos crimes contra a administração pública
- e) se não for cabível transação penal

56. Em determinado processo que tramita pelo rito do Júri, Ramon foi denunciado pela prática do crime de homicídio doloso consumado, qualificado pelo motivo torpe. Ao final da instrução preliminar o Juiz pronunciou Ramon pela prática do crime imputado. Todavia, afastou a qualificadora, por considerá-la manifestamente incabível, tendo havido pronúncia por homicídio doloso consumado em sua forma simples.

Nesse caso:

- a) trata-se de decisão irrecorrível, embora seja cabível o manejo do habeas corpus
- b) somente a defesa poderá recorrer, por meio do recurso de apelação
- c) tanto a defesa quanto o MP poderão recorrer, por meio de apelação
- d) somente a defesa poderá recorrer, por meio de recurso em sentido estrito
- e) tanto a defesa quanto o MP poderão recorrer, por meio de recurso em sentido estrito

57. Jairo foi denunciado pelo MP pela prática, em tese, do crime de estelionato (pena: reclusão de 01 a 05 anos e multa). Segundo consta na inicial acusatória, Jairo teria se passado por um comprador em uma joalheria para, valendo-se da distração da proprietária, subtrair dois anéis de ouro e brilhantes, avaliados em R\$ 12.000,00 cada. O Juízo, ao final da instrução, entendeu que o fato narrado constituía, na verdade, o crime de furto qualificado pela fraude (pena: reclusão de 02 a 08 anos e multa), já que Jairo teria empregado a fraude para diminuir a vigilância da vítima e, então, subtrair os bens com mais facilidade, exatamente como descrito na denúncia.

Nesse caso, é correto afirmar que se está diante de:

- a) Emendatio libelli, podendo o Juiz condenar Jairo pelo crime de furto qualificado, ainda que tenha pena mais grave
- b) Mutatio libelli, não podendo o Juiz condenar Jairo pelo crime de furto qualificado, por ter pena mais grave
- c) Mutatio libelli, podendo o Juiz condenar Jairo pelo crime de furto qualificado, ainda que tenha pena mais grave
- d) Mutatio libelli, podendo o Juiz condenar Jairo pelo crime de furto qualificado apenas se houver aditamento da denúncia por parte do MP
- e) Emendatio libelli, não podendo o Juiz condenar Jairo pelo crime de furto qualificado, por ter pena mais grave

58. Marieta, 29 anos, empresária, residente e domiciliada em Mossoró-RN, foi vítima de um crime de estelionato praticado por Tiago, vulgo “Pikachu”. Tiago teria simulado ser dono de um veículo e, assim, teria enganado Marieta, fazendo com que esta transferisse R\$ 15.000,00, a título de sinal pela compra do veículo, em favor de Tiago. O fato ocorreu em Fortaleza-CE, e Tiago sacou a quantia na agência do Banco em Salvador-BA, onde reside.

Nesse caso, a competência será do Juízo da comarca de:

- a) Mossoró-RN, local do domicílio da vítima.
- b) Fortaleza-CE, local do fato
- c) Salvador-BA, local do domicílio do réu
- d) Salvador-BA, local da obtenção da vantagem indevida
- e) Mossoró-RN, Fortaleza-CE ou Salvador-BA, firmando-se pela prevenção

59. Daniel foi denunciado pelo MP em razão da suposta prática do crime de receptação qualificada (reclusão, de três a oito anos, e multa). O Oficial de Justiça não encontrou o réu no endereço indicado na denúncia, tendo sido informado por vizinhos de que Daniel havia se mudado há 03 meses. O Oficial de Justiça, porém, conseguiu citar pessoalmente Daniel em seu local de trabalho, após obter informações com o porteiro do prédio. Daniel, citado pessoalmente, não se defendeu nem constituiu advogado.

Nesse caso, o Juiz deverá:

- a) nomear ao réu um defensor, a quem caberá apresentar resposta à acusação em 15 dias
- b) suspender apenas o curso do processo
- c) suspender apenas o curso do prazo prescricional
- d) nomear ao réu um defensor, a quem caberá apresentar resposta à acusação em 10 dias
- e) suspender o processo e o curso do prazo prescricional

- 60.** Nos processos que tramitam pelo rito do Júri, a absolvição sumária será cabível quando:
- a) não houver prova da existência do fato
 - b) não houver indícios suficientes de autoria ou participação no crime
 - c) restar comprovada a presença de causa de exclusão da ilicitude
 - d) houver prova da inimputabilidade penal do agente por doença mental, mesmo que existam outras teses defensivas
 - e) houver indícios de que o fato foi praticado amparado por excludente de culpabilidade
-

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
